

ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 7630/2019

**1- DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo a aquisição de OXÍMETRO DE DEDO E PULSO para atender as necessidades da Subsecretaria de Atenção Básica/Programa Melhor em Casa, Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas apontadas nas requisições acostadas aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2.**Requisitantes:** Subsecretaria de Atenção Básica / Programa Melhor em Casa; Hospital Municipal Raul Sertã; Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro;

1.3.**Período:** 12 (doze) meses;

1.4.**Fundamentação Legal:** A presente aquisição se dará preferencialmente por meio de Pregão Eletrônico com base na Lei 10.520/2002 c/c 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020, salvo nos casos em que o valor não ultrapassar o limite de R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) o que **poderá dispensar a Licitação**, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei 8.666/93, desde que não fracionado o elemento de despesa;

1.5.**Tipo:** menor preço unitário, nos termos da Lei 8.666/93;

**2- DO QUANTITATIVO**

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
COTA EXCLUSIVA				
1	441981	OXÍMETRO DE DEDO - portátil, tela led vermelho de ótima visualização em todos os ângulos, curva gráfica de sinal, interior de clip de dedo confeccionado em borracha médica anti-alérgica, autonomia de até 40 horas de uso contínuo, Indicador de baixa tensão quando as pilhas estiverem fracas; desligamento automático quando não está posicionado no dedo por mais de 8 Segundos.	Unid.	05



COTA PRINCIPAL				
2	441983	<p><b>OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL</b> apresentando saturação de O<sub>2</sub> (amplitude e curva) frequência cardíaca; com escala de 1 a 99%, 30 a 250bpm (frequência cardíaca); com resolução de 1 batimento por minuto; com tolerância de 1% e precisão de 2%; com tempo de resposta até 8 segundos; com tempo de ajuste (ao ligar) de a 8 segundos; alarmes audiovisuais de: bradicardia, taquicardia, baixa de spO<sub>2</sub>, para sensor desconectado e bateria fraca; com comando para bloqueio de alarme retorno manual e automático; com auto-teste ao ligar; bateria interna recarregável com autonomia mínima de 60 minutos; acessórios: com sensores para dedos de pacientes adultos, pediátricos e neonatais; com saída para impressora; bolsa e alça para transporte. Alimentação: 110v/220v (selecionável), 60 hz; certificado de boas práticas de fabricação e/ou armazenamento e distribuição de produtos para a saúde emitido pela anvisa; certificados de conformidade com as normas brasileiras de segurança elétrica embalagem com dados de identificação do produto: marca do fabricante e registro no ministério da saúde.</p>	Unid.	38
COTA RESERVADA				
3	441983	<p><b>OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL</b> apresentando saturação de O<sub>2</sub> (amplitude e curva) frequência cardíaca; com escala de 1 a 99%, 30 a 250bpm (frequência cardíaca); com resolução de 1 batimento por minuto; com tolerância de 1% e precisão de 2%; com tempo de resposta até 8 segundos; com tempo de ajuste (ao ligar) de a 8 segundos; alarmes audiovisuais de: bradicardia, taquicardia, baixa de spO<sub>2</sub>, para sensor desconectado e bateria fraca; com comando para bloqueio de alarme retorno manual e automático; com auto-teste ao ligar; bateria interna recarregável com autonomia mínima de 60 minutos;</p>	Unid.	11



		acessórios: com sensores para dedos de pacientes adultos, pediátricos e neonatais; com saída para impressora; bolsa e alça para transporte. Alimentação: 110v/220v (selecionável), 60 hz; certificado de boas práticas de fabricação e/ou armazenamento e distribuição de produtos para a saúde emitido pela anvisa; certificados de conformidade com as normas brasileiras de segurança elétrica embalagem com dados de identificação do produto: marca do fabricante e registro no ministério da saúde.		
--	--	---	--	--

### 3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente aquisição tem por finalidade assegurar o fornecimento de condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento das Unidades que compõem a rede municipal de Saúde de Nova Friburgo.

3.2. Trata-se de aquisição pertinente aos cuidados nas Unidades de Saúde Pública do Município, importando em medir a oxigenação sanguínea para emissão de diagnósticos mais precisos.

3.3. O Oxímetro é um dispositivo que mede indiretamente a quantidade de oxigênio no sangue e frequência cardíaca de um paciente. É importante para o monitoramento de pacientes domiciliar, estável ou grave, ajudando a equipe a realizar um controle frequente do estado geral do paciente.

### 4- DO LOCAL DA ENTREGA

4.1. A Contratada deverá proceder com a entrega dos produtos no endereço arrolado abaixo nos horários de 09h:00min às 16h:00min, em dias úteis.

4.2. Os itens solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado Central, localizado na Av. Conselheiro Julius ARP, nº 80, Bloco 12, Galpão 202, Centro, Nova Friburgo-RJ.

### 5- DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos produtos, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota de Empenho.

5.2. A entrega deverá ser realizada nos horários e locais descritos nos subitens 4.1 e 4.2 deste Termo de Referência.

5.3. A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

5.4. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5.5. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

5.5.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

5.5.2. Seguir a programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

5.5.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos produtos fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.



## **6- DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

6.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

## **7- RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

7.1. Os bens são recebidos:

7.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 dias úteis a contar do recebimento provisório.

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

## **8- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos:

**8.1.1. Elemento de Despesa – 33.90.30.08 / 44.90.52.02**

**8.1.2. Fonte de Recurso – 07 – SUS**

8.2. Quanto ao Programa de Trabalho, será utilizado de acordo com as especificações a seguir:

Gestão das Ações em Saúde para o Enfrentamento da COVID 19:

8.2.1. 30001.1030100832.197 – Atenção Básica e Melhor em Casa

8.2.2. 30001.1030200852.204 – Hospital Municipal Raul Sertão e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

## **9 – DA LIQUIDAÇÃO**

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

## **10 - DO PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será efetuado conforme preceitua o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;



- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2 . A Nota Fiscal dos produtos deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

10.3 . Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **11- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

11.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

**11.2. As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).**

11.3. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

11.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## **12- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. Caberá à Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência e os termos de sua proposta;

12.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, através de servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de



Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **13 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 13.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;
- 13.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhados das certidões de regularidade fiscal citadas no subitem 10.1;
- 13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);
- 13.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;
- 13.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas.
- 13.6. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na entrega dos produtos.
- 13.7. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem a entrega dos produtos, com a devida comprovação;

### **14-MEDIDAS ACAUTELADORAS**

- 14.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

### **15- DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

### **16-DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, não haja prejuízo ao cumprimento da obrigação pactuada e haja a anuência expressa da Administração.

### **17-DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**



17.1. O acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos serão exercidos por um representante da Contratante, para tanto, ficam designados os agentes públicos arrolados abaixo:

**17.1. 1. Fiscais:**

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Ângela Maria Sardou Charret	206.692	SUPERIOR IMEDIATO
Cristina B. Gomes	290.212	FISCAL TITULAR
Carlos Alberto dos Santos Mattos	299.415	FISCAL SUBSTITUTO
CÉRES LOURENÇO TEIXEIRA	062.195	GESTORA TITULAR
HIGOR DE BARROS PINTO	062.871	GESTOR SUBSTITUTO

17.2. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega dos produtos.

17.3. A verificação da adequação da entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

17.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

**18-DAS RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO**

18.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizaram por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas, sendo certo que foram baseadas nas requisições ora apresentadas.

**19-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

19.1.1– Comete infração administrativa:

**19.1.1.1.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**19.1.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**19.1.1.3.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**19.1.1.4.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;



**19.1.1.5.** Não manter a proposta;

**19.1.1.6.** Cometer fraude fiscal;

**19.1.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo;

**19.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**19.3.** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a ampla defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

**19.3.1.** Advertência;

**19.3.2.** Multa;

**19.3.2.1** compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

**19.3.2.2.** compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

**19.3.2.3.** moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**19.3.2.4.** moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.

**19.3.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**19.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

**19.4.** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

**19.5.** As sanções aqui previstas, por serem permitidas por lei, exclusivamente, a cumulação da penalidade de multa com as penalidades de advertência, ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, ou Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, § 2º da Lei n. 8.666/93, sendo vedada a acumulação de sanções administrativas em qualquer outra conjectura;

**19.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.**





## **20-DA RESCISÃO**

20.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

20.2. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de referência elaborado por:

***Higor de Barros Pinto***

***Gestão de Processos, Contratos e Convênios***

***Mat: 062.871***

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo a ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

**NICOLE RIBEIRO LESSA CIPRIANO**

**Secretário Municipal de Saúde**

**Matrícula 106.137**